



Relato da reunião ordinária do CD EPSJV 30 de agosto de 2018

PAUTAS

Escola de Governo

O CD EPSJV teve a participação de Cristina Guilan, coordenadora geral de Pós-Graduação da Fiocruz, e de Isabella Delgado, coordenadora do Lato Sensu e da Comissão Própria de Avaliação, que vieram à Escola Politécnica para debater sobre a proposta de Escola de Governo da Fiocruz.

Cristina explicou que, em 2011, houve uma mudança na legislação e apenas instituições de ensino superior (que ofereçam graduação) passaram a ter autorização para oferecer cursos de especialização. Com isso, a Fiocruz buscou alternativas para certificar seus cursos de especialização. Em conversas com o Ministério da Educação (MEC), foi sugerido à Fiocruz que criasse uma Escola de Governo para certificar os cursos de especialização (lato sensu).

A Fiocruz então cumpriu todos os trâmites necessários e, em 2016, teve a Escola de Governo credenciada pelo MEC. A aprovação tem vigência até 2025, quando está prevista uma nova avaliação visando ao credenciamento. Com a aprovação, todos os cursos lato sensu da Fiocruz voltaram a ser regularizados junto ao MEC.

O documento elaborado pela Fiocruz sobre o tema indica que todos os cursos da Fiocruz poderiam fazer parte da Escola de Governo, mas Cristina explicou que, no momento, a Escola de Governo vai certificar apenas as especializações lato sensu, já que outros cursos têm legislações específicas. Isabella ressaltou que a Escola de Governo da Fiocruz tem especificidades em relação a outras, que formam prioritariamente quadros para o serviço público, mas que a Fundação conseguiu encaixar essas especificidades dentro do modelo do MEC.

A Direção lembrou que a EPSJV vem discutindo a questão da Escola de Governo desde 2017, quando ela surgiu para resolver a certificação do lato sensu. Ressaltou, no entanto, que em seu documento oficial, abre-se o escopo de atuação para outros tipos de curso. Em fevereiro de 2018, quando o documento foi colocado em consulta pública, a EPSJV solicitou à Vice-presidência de Educação a ampliação do prazo para o envio de contribuições, após debates na CT de Ensino e no CD EPSJV. A EPSJV apresentou suas contribuições pontuando questões como a ampliação do escopo da Escola de Governo, a autonomia das unidades, a política de educação para o trabalhador técnico e a educação a distância.

A Direção ressaltou ainda que a Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, revoga a legislação anterior e permite que a Fiocruz e outras instituições que não são de ensino superior voltem a certificar curso de especialização lato sensu. Com isso, não haveria mais necessidade legal de criação da Escola de Governo. A Direção lembrou ainda que a proposta replica instâncias gestoras que já existem na Fiocruz e que a sugestão da unidade é que a Escola de Governo tenha apenas um Comitê Executivo. Defendeu ainda que, se a Fiocruz pretende continuar com a proposta, ela deve ficar restrita apenas à especialização lato sensu.

A coordenadora do Lateps reafirmou a posição do laboratório, já apresentada em reunião anterior do CD EPSJV, de que a Escola de Governo ficasse restrita à especialização e que existisse um comitê gestor formado por representantes das unidades que têm a formação por objeto, como EPSJV, Ensp e Gereb. Ela perguntou se essas questões já haviam sido discutidas na CT de Educação da Fiocruz e no CD Fiocruz e se referiu à nova legislação que regulamenta o lato sensu já mencionada pela direção para interrogar sobre o estado da arte da proposta na Fiocruz. A coordenadora também disse que, diante da nova legislação, o documento da Escola de Governo que está em discussão é extemporâneo, deve ser superado e que a vice-presidência deve redigir um novo documento. Ela disse considerar que, nesse aspecto, o cenário mudou negativamente, pois permite que instituições com os mais diversos interesses ofereçam cursos de especialização. Questionou ainda se incluir toda a formação oferecida pela Fiocruz na Escola de Governo fortalece ou fragiliza a instituição.

Cristina reafirmou que a intenção da Fiocruz é trabalhar apenas com o lato sensu na Escola de Governo e que não saberia dizer se é possível, agora que já está credenciada, a Fiocruz desistir da Escola de Governo. Disse ainda que a vice-presidência de Educação concorda com uma instância gestora mais enxuta, como proposto pela EPSJV.

Isabela disse que considera a resolução de abril do MEC um grande retrocesso, pois abre a possibilidade de qualquer instituição oferecer curso de especialização no país e não esclarece como vai ser a regulação. Disse ainda que a mobilização na Fiocruz para estruturar a Escola de Governo foi muito positiva para as unidades discutirem e trocarem informações. Ela disse que considera que a Fiocruz não deve abrir mão do credenciamento, mas sim, fazer as adequações necessárias no projeto.

O coordenador do Labgestão ressaltou que a Fiocruz é uma instituição múltipla, com ações de pesquisa, ensino, cooperação e produção e que a Escola de Governo é uma saída para algumas unidades, mas que, para outras, que já são escolas, é mais difícil se reconhecer. Lembrou que, no caso da EPSJV, como é uma escola voltada para a formação de trabalhadores de nível médio, que sofrem todas as mazelas desse nível de formação, recuar agora seria abrir mão da visibilidade conquistada nesses mais de 30 anos de atuação.

O coordenador do Laborat pediu um esclarecimento sobre qual versão do documento da Escola de Governo estava em vigor, a que amplia o escopo (o texto escrito) ou a que restringe a Escola de Governo apenas ao lato sensu (o texto falado). Disse ainda que a EPSJV está assumindo posições bens críticas sobre as questões de saúde na atual conjuntura e tem necessidade de apoio da vice-presidência de Educação.

Cristina explicou que a Fiocruz está credenciada como Escola de Governo, mas que vai usar isso apenas para o lato sensu. Disse que as discussões políticas são necessárias e convidou a EPSJV para participar de um seminário, que será promovido pela vice-presidência de Educação e terá como foco a prática das unidades que têm formas de educação diferenciadas, além de retratar a diversidade da Fundação. Disse também que o documento da Escola de Governo ainda está aberto a contribuições e que a versão final, que terá como escopo apenas o lato sensu, será deliberada pelo CD Fiocruz. Ela solicitou que a EPSJV sistematize e envie suas contribuições sobre a Escola de Governo para a vice-presidência de Educação.

A Direção informou que enviará as contribuições da Escola e lembrou que a EPSJV tem uma série de experiências em formação docente, dentro e fora do Brasil, e que

está participando do Complexo de Formação de Professores, iniciativa da UFRJ, que reúne diversas instituições públicas do Rio de Janeiro.

A coordenadora do Lateps e o coordenador do Labgestão propuseram que a Direção redija um documento político com as contribuições da EPSJV à proposta da Escola de Governo e envie para que os membros do CD EPSJV referendam antes de ser enviado para a Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação.

Concessão de bolsas

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a concessão de bolsa para Alda Lacerda (Laborat) pelo trabalho já realizado no Mestrado Profissional em Saúde da Família (Profsaúde).

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a concessão de bolsa, por três meses, para Ana Cristina dos Reis (Lires) pelo trabalho no Projeto Nascer Saudável.

Mobilidade

O vice-diretor de Gestão informou que seria realizada uma CT de Gestão, no dia 6 de setembro, sobre o projeto de Mobilidade Interna da Fiocruz e solicitou que os coordenadores dos laboratórios e setores participassem da reunião para apresentar as contribuições ao projeto.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que o documento foi discutido em seu laboratório e considera que se trata de um avanço para dar maior transparência e relativizar as personalidades. Na discussão, surgiram algumas dúvidas sobre o cronograma de ações, a questão do Banco de Talentos e apontou-se também a falta de dados qualitativos sobre a mobilidade na Fiocruz. Ela solicitou que o levantamento inclua também como se faz a gestão do trabalho atualmente, antes da implantação do projeto de mobilidade, e que se esclareça o que vai mudar com o novo projeto, para que se tenha um retrato mais completo da gestão do trabalho na Fundação.

O coordenador do Laborat disse que vai levar as contribuições do seu laboratório para a reunião da CT de Gestão e ressaltou que as restrições da proposta de política de mobilidade dos trabalhadores têm lados positivos e negativos e que "trancar a porta" em vez de buscar as causas dessa movimentação talvez não seja a melhor solução. Sugeriu ainda que a Reprepoli pautasse a discussão sobre esse tema em uma assembleia de trabalhadores.

O coordenador do Labgestão disse que, com a aposentadoria de Tereza Paiva, o laboratório teve que discutir como ficariam as tarefas internas e que, devido ao contexto atual, muita gente está solicitando a aposentadoria. Disse ainda que o projeto engessa a mobilidade, pois propõe que o servidor só pode sair de uma unidade para outra com permuta. Ele sugeriu que a Escola solicite à Cogepe um levantamento da força de trabalho de cada unidade antes dos concursos de 2006, 2010 e 2014, quantos servidores cada uma delas recebeu em cada concurso e como foi a movimentação posterior. Sugeriu ainda que a Escola proponha um banco de vagas, em substituição à permuta de servidores. Destacou também que o documento trata apenas de mobilidade de servidores, mas que há uma grande mobilidade de terceirizados na Fiocruz. Ele ressaltou ainda que uma política de mobilidade precisa de uma política permanente de saúde do trabalhador.

A coordenadora do Lateps destacou que o seu laboratório considerou que as premissas apresentadas no documento para justificar o projeto são insuficientes e que é necessário debater amplamente a gestão da força de trabalho na Fiocruz, discutindo suas bases e diretrizes. Disse ainda que faltou ao documento apresentar

uma série histórica de dados, pois há apenas os dados do ano de 2017, para que seja feito um diagnóstico mais consciente da situação atual.

A coordenadora do Latec disse que o documento deixa muito a desejar e lembrou que seu laboratório tem 90% da equipe formada por servidores que vieram de outras unidades, por trabalharem com o objeto específico do Latec. Ressaltou ainda que dificultar a saída dos trabalhadores também causa prejuízos emocionais, quando o profissional é impedido de sair de um lugar que lhe causa sofrimento.

A Direção disse que é necessário ampliar a discussão sobre a gestão do trabalho, pois, no caso dos terceirizados, por exemplo, há uma prática corrente de as unidades que têm mais dinheiro e pagam melhores salários aos terceirizados conseguirem “retirar” profissionais de outras unidades.

A Reprepoli (Fernanda) informou que a Representação ainda não tinha conseguido atender ao pedido do Laborat, mas que pretendia chamar uma assembleia para discutir o tema.

O vice-diretor de Gestão disse que vai solicitar à Cogepe uma ampliação do prazo, que se encerra no dia 12 de setembro, para que as unidades enviem suas contribuições ao projeto.

Congresso Interno da EPSJV

Geandro Pinheiro (CCI) e Sheila Hansen (VDGDI) apresentaram uma “proposta organizativa de retomada das discussões acerca do Projeto Político Institucional (PPI) da EPSJV”. No início da apresentação, os dois integrantes da comissão presentes explicaram que, a despeito da riqueza do ciclo anterior do processo que resultará no congresso interno, os resultados alcançados naquele momento estavam muito distantes no tempo - a assembleia que finalizou o documento aconteceu em dezembro de 2016 com diagnósticos que remetem a abril de 2015. Por isso, embora tendo aquele material como uma das referências, propôs uma nova metodologia e um novo calendário para os próximos passos. Eles citaram alguns produtos finais que são esperados como resultado desse trabalho: a produção de um projeto político institucional (PPI), uma análise e possíveis mudanças no organograma, a construção de um orçamento mais participativo, entre outros.

A sugestão da comissão dividia o processo em três etapas que se iniciariam com a elaboração de “propostas de ações estratégicas de curto prazo” para a Escola, a começar este ano, até a construção do PPI, ao longo de 2019. O entendimento da comissão é de que não seria produtivo elaborar uma agenda de longo prazo em função das mudanças que poderão ocorrer a partir das eleições deste ano. Ao mesmo tempo, defendeu a importância de a Escola dar início às discussões já agora também como forma de enfrentar a conjuntura. Por isso a opção pela construção, primeiro, de uma agenda de curto prazo, que tenha resultados concretos já este ano, seguida de um esforço de maior fôlego no ano que vem.

Apenas a coordenadora do Lateps defendeu a importância de um calendário que garantisse a construção de uma agenda estratégica de curto prazo ainda este ano. Seu argumento foi que os períodos de fim de ano e fim de gestão costumam abrir oportunidades de captação de recursos junto ao Estado e, para que a Escola aproveitasse melhor essas eventuais brechas, era preciso que tivesse definidos os projetos e iniciativas que considera institucionalmente prioritários. Ela deu como exemplos o financiamento para a construção do novo prédio da EPSJV - que foi conseguido no final do governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) - e para o mestrado RET-SUS, que foi liberado num fim de ano, com fechamento de exercício orçamentário.

De modo geral, os prazos propostos para as duas primeiras etapas serem realizadas ainda este ano foram contestados por vários conselheiros, que argumentaram sobre as dificuldades de agenda para atender à programação deste ano. A proposta previa encontros semanais ou quinzenais até novembro. O coordenador do Laborat fez a contraproposta – depois reforçada pela coordenadora do Labform – de que, neste final de ano, as reuniões fossem mensais.

O coordenador do Labgestão disse que não entendia a proposta como um todo. Afirmou ter dúvidas sobre se era necessário ainda algum momento de preparação. Segundo ele, se está-se falando de um congresso interno da EPSJV, deveria ser mais objetivo, sem necessidade de metodologias específicas. Sua proposta é que em uma semana no início do ano, a Escola parasse e se reunisse para definir coisas concretas como, por exemplo, o Projeto Político Pedagógico (PPP), mudanças no regimento ou no regulamento, entre outras possibilidades. A coordenadora do Lic-Provoc disse ter a impressão de que a comissão está segura sobre o que propõe no documento apresentado, mas alertou que o “senso comum”, as pessoas que não dispõem de todos os elementos e informações que a comissão tem, não consegue alcançar a fundo a proposta.

Ao final, o CD decidiu que a comissão deve propor um novo calendário que se adeque à dificuldade de agenda, garantindo que as discussões comecem ainda este ano, mas que o evento de planejamento e sistematização (que na proposta original estava previsto para novembro) fique para o início de 2019. A definição é de que esse encontro deve ser aberto. Deve-se incentivar a participação mais ampla possível de trabalhadores da Escola, garantindo, no mínimo, a presença dos integrantes do CD e mais um representante de cada laboratório e setor. Houve também concordância com a metodologia proposta pela comissão – de ancorar o debate inicial nas teses e diretrizes aprovadas no VIII Congresso Interno da Fiocruz, realizado em dezembro de 2017.

Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Institucional (PIDI)

A proposta enviada pela EPSJV ao edital do PIDI foi aprovada pela vice-presidência de Gestão da Fiocruz. O aporte será de R\$ 571 mil ao longo de 24 meses, a partir de outubro. A distribuição desse recurso, no entanto, sofreu alteração em relação à proposta original: a parcela a ser liberada em 2018 será cerca de metade do que a Escola solicitou. Especificamente para a contratação de pessoal prevista na proposta, será necessário elaborar um projeto Fiotec, mas a ideia da Escola é usar o mínimo possível a Fiotec na administração dos recursos. A proposta enviada pela EPSJV extrapolava o valor máximo estabelecido no edital, mas, mesmo assim, não houve cortes. Ainda não está claro, no entanto, se as taxas de administração da parte do recurso que será gerida pela Fiotec serão abatidas do montante aprovado.

INFORMES

Chefia de gabinete

Anamaria Corbo (Laborat) é a nova chefe de gabinete da Direção da EPSJV e passará a participar das reuniões do CD EPSJV, assim como já acontece no CD Fiocruz, para dar mais agilidade aos processos deliberados.

A Direção agradeceu ao ex-chefe de gabinete, Claudio Gomes, pelo trabalho realizado e informou que fará o processo de transição com Anamaria.

Eventos

Reunião Geral da RETS

Será realizada entre 12 e 14 de novembro deste ano a 4ª Reunião Geral da RETS (Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde) e a 4ª Reunião da RETS-CPLP. A Coordenação de Cooperação Internacional (CCI) conseguiu financiamento externo para passagens aéreas de, pelo menos, um representante de todos os países da CPLP e mais 11 países da América Latina.

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

A Fiocruz terá programação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que acontece nacionalmente e que, este ano, será de 16 a 20 de outubro. Na véspera, dia 15, a Fundação estará se preparando para o evento. Na semana seguinte, dias 24 e 25 de outubro, haverá eventos da Fiocruz nos territórios de Manguinhos e Maré. O público do evento na Fiocruz é principalmente de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, além dos professores. A expectativa é de que cerca de 3 mil pessoas passem pela instituição nessas datas.

As propostas de atividades deveriam ser enviadas até 10 de setembro. Na EPSJV, a interlocução com os grupos de trabalho para reunir e enviar as propostas ficou a cargo de Páulea Zaquini, assessora da Vice-direção de Ensino.

Seminários com MAB

No dia 14 de agosto, foi realizado, em Cachoeiras de Macacu (RJ), o seminário "Atingidos (as) em luta: cuidando da água, fortalecendo a saúde e a educação, e bordando uma vida melhor", que faz parte de projetos da EPSJV, coordenados pelo Laborat e Lavsa e financiados por meio de emendas parlamentares, que possuem parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

No seminário, foram apresentados os projetos e houve a sensibilização dos profissionais de saúde e educação, além dos próprios moradores da região, sobre as atividades do curso e as questões relacionadas à disputa pela água e seus impactos sobre a saúde dos moradores.

O Laborat coordena o projeto "Educação popular, direitos e participação social: bordando a saúde das mulheres atingidas por barragens" e o Lavsa coordena o projeto "Educação popular em saúde ambiental em comunidades do município de Cachoeiras de Macacu: pedagogia das águas em movimento".

No dia 24 de agosto, foi realizado outro seminário, nas instalações da Escola, para iniciar um processo de discussão dos projetos no âmbito da EPSJV, envolvendo outros profissionais e laboratórios.

Encontro BVS

A EPSJV promoveu, nos dias 22 e 23 de agosto, a sexta edição do Encontro da Biblioteca Virtual em Saúde Educação Profissional em Saúde (BVS-EPS), que reuniu bibliotecários e representantes de 30 das 41 instituições que integram a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS). O encontro teve como objetivo discutir a matriz de responsabilidade dos comitês Consultivo e Executivo da BVS-EPS e conhecer as experiências de pesquisa das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS).

Processo Seletivo 2019

Foi divulgado, no dia 2 de agosto de 2018, o edital do Processo Seletivo 2019 dos Cursos Técnicos de Nível Médio em Saúde. Durante o período de isenção da taxa de inscrição, 1.575 pessoas solicitaram o benefício, mas apenas 329 entregaram os documentos necessários. Dessas, 255 tiveram o pedido deferido. As inscrições estão abertas até o dia 20 de setembro e, até agora, já foram recebidas 6.104

inscrições. A prova será realizada no dia 21 de outubro, na Unisuam, em Bonsucesso. O sorteio público será realizado no dia 24 de novembro de 2018.

Termo de cooperação com Conass e Conasems

A Direção informou que participou de uma reunião convocada pela chefia de gabinete da presidência da Fiocruz que deveria discutir um termo de cooperação com linhas de ação conjunta entre a Fundação, o Conass (Conselho Nacional dos Secretários de Saúde) e o Conasems (Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde). A representação da EPSJV destacou que, no âmbito da formação, o documento original, sobre o qual se deu a discussão, só falava em educação a distância e não apresentava a educação de técnicos em saúde. Foi questionado se a cooperação consistirá numa grande "cesta" de iniciativas já existentes, a serem ofertadas aos dois conselhos, ou se será construída uma agenda conjunta. No esforço de identificar projetos já em curso na EPSJV que possam estabelecer diálogo com essas entidades, a direção citou, como exemplos, a pesquisa multicêntrica, o mestrado RET-SUS e o Projeto de Articulação entre RET-SUS e Rede EPCT.

Vários conselheiros apontaram a importância, mas também as possíveis armadilhas dessa relação. O coordenador do Laborat ressaltou que, para alguns laboratórios da Escola, essa discussão é estratégica. Alertou, no entanto, que, por reunirem secretários de saúde de diversos matizes políticos, Conass e Conasems são uma força política importante, mas não uniforme, o que, em alguns casos, torna a interlocução difícil. Ele citou o exemplo do Profags (Programa de Formação Técnica para Agentes de Saúde) - que visa formar agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias em técnicos de enfermagem -, que foi apoiado por essas entidades. Reafirmando a necessidade de cuidado nessa relação, o coordenador do Labgestão reforçou que já faz muito tempo que Conass e Conasems se posicionam contrariamente à formação técnica, como forma de economia de recursos para os gestores.

O CD acordou que laboratórios e setores da EPSJV devem discutir a primeira versão do material que será enviado para subsidiar a participação da direção na próxima reunião sobre o tema, dia 26 de setembro. Antes disso, será realizada uma reunião na EPSJV para que as contribuições da Escola sejam apresentadas e sistematizadas.

Carta de repúdio à resolução do Cofen

O CD aprovou, no mérito, a divulgação de uma carta de repúdio a uma resolução do Cofen que proíbe enfermeiros de participarem de cursos de cuidadores de idosos. O texto seria revisto posteriormente à reunião do CD.

Manifestação das alunas do ensino médio

A direção apresentou um relato de todos os passos tomados desde a manifestação de alunas e alunos do ensino médio denunciando casos de machismo e possível assédio na Escola. Segundo o relato, no dia 23 de agosto de 2018, a Direção tomou conhecimento da denúncia de ações de desrespeito a alunas via WhatsApp de alunos. Tentando compreender o que tinha acontecido, a Cogetes entrou na sala da turma na qual teria ocorrido o problema que originou a manifestação e informou que iria apurar os fatos para, daí, propor encaminhamentos.

No início da semana seguinte, a direção soube de outras denúncias de desrespeito a alunas por um grupo anônimo de twitter. Também tomou conhecimento de que haveria uma manifestação e, para estabelecer o diálogo, chamou uma assembleia para o dia 28 de agosto de 2018. Embora o estopim da indignação das estudantes tenha sido um fato envolvendo alunos, durante a assembleia foram trazidos relatos envolvendo também trabalhadores. No dia seguinte, a direção chamou para uma

conversa todos os trabalhadores citados diretamente. Para se informar sobre possíveis encaminhamentos, fez também contato com a responsável pela comissão de assédio da Fiocruz, que se colocou à disposição da Escola e das estudantes para quaisquer necessidades. Foi informado às alunas que, se em algum momento elas entendessem que os esforços de negociação internos à Escola estavam esgotados sem os resultados esperados, elas tinham à disposição um outro canal de denúncia, pela Ouvidoria e pelo Centro de Apoio ao Discente. Na assembleia, as alunas propuseram a criação de uma comissão de mulheres envolvendo estudantes e trabalhadoras para discutir temas como machismo e assédio.

Na sequência, a direção fez reuniões com a turma e com o Grêmio. Na turma, as queixas eram principalmente de que os alunos meninos não reconheciam o próprio erro e não pediam desculpas. Houve discursos de que nem adiantava punição. A conversa com o Grêmio se deu na linha de pensar formas pedagógicas de se tratar o problema. A Direção sugeriu ao Grêmio que os meninos se organizassem de forma semelhante ao sugerido pelas meninas na assembleia, para se ajudarem a pensar o que é ser homem numa sociedade machista como a nossa, visando construir, pedagogicamente, outra possibilidade de relações entre homens e mulheres. A direção chamou a família de dois alunos envolvidos no episódio para conversar e eles foram suspensos. A direção também destacou a necessidade de se trabalhar esse tema com os pais e professores e torná-lo mais cotidiano nas discussões da Escola.

O Grêmio estava representado no CD por dois estudantes (meninos), que começaram a fala explicando que, por motivos particulares, nenhuma menina pode estar na reunião, embora eles reconhecessem que uma representação feminina para tratar desse tema fosse o ideal. Eles afirmaram que o movimento se referia a dois atos distintos: um que envolvia os alunos e outro que envolvia um professor, que teria dito uma frase "absurda" a uma menina numa aula. Eles afirmaram que as alunas cobram um encaminhamento concreto em relação ao caso do professor. Destacaram ainda que o desrespeito cotidiano contra as meninas não se dá somente em sala de aula, mas também nos corredores e no campus da Fiocruz. Os representantes dos estudantes defenderam ainda que se chame a comissão de assédio para fazer palestras sobre o tema na Escola.

A coordenadora do Labform informou que o colegiado do seu laboratório discutirá a questão e lembrou que eles já tinham identificado a necessidade de se debater não apenas o machismo e o assédio, mas também os limites mais gerais da relação professor-aluno, cada vez mais atravessada pelas redes sociais. Ela também destacou a dificuldade que se tem em tratar esse assunto devido à complexidade que ele envolve. Reconheceu, assim, que todos têm muitas dúvidas. Afirmou ainda uma razão adicional de tensionamento: o fato de, diante de situações como essas, ter gente que quer medidas punitivas mais definitivas (como a expulsão de alunos) quando a perspectiva pedagógica da Escola não é essa.

A coordenadora do Latec também expressou essa complexidade, destacando como é difícil explicar e reconhecer onde termina a paquera e começa o assédio. Ela ressaltou, no entanto, que em algum momento do processo a vítima tem clareza de que sofreu uma violência. Defendeu a importância de as meninas terem um canal para conversarem sobre isso e aprenderem a se defender dessa violência também quando saírem daqui.

O coordenador do Laborat destacou que, embora os episódios que geraram as denúncias tenham sido ruins, foi extremamente positivo que esse tema tenha vindo à tona. A manifestação das meninas, disse, obrigou todo mundo a lembrar que esse problema existe. Ele informou que abordou o tema no curso de cuidadores de idosos, que ele coordena, e a discussão foi riquíssima. Referindo-se ao contato com

a comissão de assédio da Fiocruz, ele questionou se não deveríamos esgotar primeiro todas as possibilidades de lidar com o problema antes de recorrer a uma instância externa. Afirmou que a compreensão de que a questão se resolve com a suspensão de alguns alunos trata o problema como desvio de indivíduos quando, na verdade, ele está na sociedade e nos seus valores. Considerou ainda estranha a formação de um grupo só de homens para discutir machismo, sugerindo que, se houver, seja um grupo misto. Lembrou, ainda, que esse seria um tema a ser abordado pelo projeto Escola Saudável.

O coordenador do Labgestão parabenizou o Grêmio, e particularmente as meninas, pelo movimento. Afirmou que algumas falas expressas pelo movimento sinalizam coisas muito graves. Disse não saber se as medidas que estavam sendo tomadas eram as melhores, mas destacou a importância de o tema ser amplamente debatido. Defendeu a possibilidade de se criarem alguns protocolos, que formalizem e deixem claro quais condutas não serão aceitas na Escola, em qualquer relação que envolva tanto trabalhadores quanto estudantes. Em paralelo, disse, é preciso pensar formas de fazer esses protocolos valerem de fato.

Ele também informou que a disciplina de gestão do trabalho do curso técnico de gerência discute esses temas. Há, por exemplo, aulas com profissionais do Cesteh/ENSP sobre assédio moral e sexual e os alunos fazem trabalhos sobre isso. Propôs ainda que a Escola promova uma campanha que sinalize claramente o posicionamento institucional sobre temas como assédio, machismo e feminicídio.

Lembrando que, em outro contexto, essa palavra foi muito utilizada na Escola no ano passado, a Reprepoli (Fernanda Martins) defendeu que tratar o tema do assédio é urgente. Disse ainda que, depois das reuniões com os alunos, é preciso promover também um momento de encontro com os profissionais. Disse que a Reprepoli pode apoiar a direção e os trabalhadores nessa questão e que a direção também deve apoiar a Representação. O importante, destacou, é que não pode mais haver dúvida entre os trabalhadores sobre o que é ou não assédio.

O coordenador de administração lembrou que, como somos uma instituição do serviço público federal, todas essas questões podem gerar processo administrativo e até judicial.

A coordenadora do Lic-Provoc destacou que as frases reproduzidas nos cartazes colados pela Escola sinalizam que alguma coisa grave aconteceu. Por isso, disse, temos que discutir esse tema de forma profunda, mas compreendendo precisamente o que queremos dizer com cada palavra – assédio, estupro – usada nas denúncias. Ela ressaltou que a ideia de que se vai fazer uma acusação num dia e a pessoa vai ser punida no dia seguinte é autoritária e expressa, de certa forma, a polarização que está em curso em todo o mundo. Defendeu, assim, que todo mundo tem que ser ouvido, que todos precisam ter o direito de se defender. Ressaltou que as pessoas precisam ter segurança de que os fatos terão consequências, mas não a qualquer preço.

A Reprepoli (André Feitosa) também abordou aspectos que demonstram a complexidade do tema, se disse feliz por estar discutindo um assunto importante como aquele no Conselho Deliberativo e defendeu que, em se tratando de uma escola, as ações de resposta ao problema precisam ser educativas.

Em relação aos comentários feitos sobre os encaminhamentos tomados, a direção explicou que a proposta de formação de um grupo de homens não exclui grupos mistos. Lembrou que, na assembleia, vários meninos se manifestaram em defesa das meninas, identificando-se com as pautas do feminismo. Explicou ainda que fez o contato com a comissão de assédio porque durante a assembleia explicitou-se

uma denúncia pública sobre um trabalhador e que, portanto, a direção não pode se omitir, deixando de dar o devido encaminhamento institucional.

**Em função do horário avançado em que a reunião do CD terminou, os informes sobre o Seminário do MAB, o Encontro da BVS e o processo seletivo não foram dados presencialmente. Seguem aqui, registrados no CD em Foco.*

Presentes

Alexandre Moreno (Labman)
Ana Luiza Hygino (Grêmio estudantil)
Anakeila Stauffer (Direção)
Anamaria Corbo (Direção)
André Feitosa (Reprepoli)
Carlos Maurício (VDEI)
Cristina Guilan (VPEIC/Fiocruz) - convidada
Daniel Groissman (Laborat)
Etelcia Molinaro (Latec)
Fernanda Cristina (Reprepoli)
Flávio Paixão (Latec)
Gabriel Pedro Ferreira (Grêmio estudantil)
Geandro Pinheiro (CCI) – convidado
Gilberto Estrela (Labgestão)
Isabela Delgado (VPEIC/Fiocruz) - convidada
José Mauro (Lires)
José Orbílio (VDGDI)
Luciana Figueiredo (Labform)
Maria Amélia (Lavsa)
Marise Ramos (Lateps)
Pedro Castilho (SADM)
Rodrigo Henrique Rocha (Grêmio estudantil)
Rosa Neves (Lic-Provoc)
Sergio Ricardo (VDPDT)
Sheila Hansen (VDGDI) - convidada